
Sociedade *versus* diversidade sexual na escola: a construção da cidadania

João Henrique de Nogueira Mateos
Professor de Língua Portuguesa;
Mestrando em Linguagem e Educação – FE-USP;
São Paulo – SP [Brasil]
joamateos@uol.com.br

Intenta-se, neste trabalho, discutir a construção da tolerância, tendo como pilares as idéias de integridade, para assegurar a realização pessoal, e de autoridade, como uma das funções da escola que garante o caminho à cidadania. Nesse aspecto, a discussão da diversidade sexual torna-se essencial, principalmente, a partir do instante em que se nota, na sociedade, a ocorrência de mudanças tanto de comportamento quanto de valores, o que leva as pessoas a agir de forma politicamente correta e com uma postura cidadã nas relações interpessoais. Nesse contexto, este estudo utiliza, como base para analisar essas mudanças, o livro *King & King*, de Linda de Haan e Ster Nijland, lançado nos Estados Unidos com grande repercussão, por tratar da união homossexual, e que causou uma série de protestos dos pais contra a escola que resolveu adotar essa obra em sua grade curricular. Pretende-se, ainda, estender a análise à realidade brasileira.

Palavras-chave: Cidadania. Diversidade. Homossexualidade.
Integridade. Tolerância.

1 Introdução

Em meio aos mandos e desmandos da rainha de copas, da célebre história de *Alice no país das maravilhas*, de Lewis Carroll, a imagem que, insistentemente, permanece é: “Cortem-lhe a cabeça!”. Sempre que algo contrário à sua vontade acontecia, ou quando algum súdito dizia o que não era de seu agrado, era essa a sua resposta. Evidentemente, estamos falando de uma personagem caprichosa, exercendo seu poder desvairado sobre seu povo. Este exemplo pode ser lembrado para ilustrar um mecanismo de repressão, de interdição numa sociedade servil, mas não poderia, ou melhor, não deveria ser levado em consideração quando o assunto é diversidade e tolerância e, no caso deste artigo, o que será discutido é a diversidade sexual. É sempre apropriado ressaltar que, quando falamos em ensino, em educação, não se pode agir com o “capricho” da rainha de copas.

Em 31 de maio de 2006, foi publicado um artigo na revista *Veja*, que trata de uma nova onda de publicações de livros infantis, nos Estados Unidos, em que personagens do mesmo sexo aparecem em diversas situações consideradas *gays*, tais como dois pingüins machos criando um filhote, um príncipe encantado que se casa com outro príncipe ou um patinho que, em vez de ser feio, é *fashion*.

A lei americana, no Estado de Massachussets – onde protestos ocorreram quando esses livros foram utilizados em sala de aula –, prevê em seu capítulo 71, Seção 32 A, o item *Sex education: policy regarding notice to parents*¹. No corpo desse texto, informa-se que os pais devem ser notificados previamente sobre a discussão de tais temas. Em outras palavras, incentiva-se a

formação da tolerância sexual dos educandos, com a devida anuência parental. Como algumas escolas não o fizeram, os protestos dos pais transformaram-se em confusões e conflitos de opiniões, em larga escala.

A revista *Veja* insinua, nesse artigo, que tais livros devam circular apenas entre casais homossexuais e seus filhos. Contudo, sendo integrante de uma lei, ou, de forma mais simples e prática, da formação da civilidade, as discussões concernentes à diversidade sexual levam-nos a crer que o público-alvo de tais livros infantis sejam todas as crianças.

Esse problema norte-americano é também importante na realidade brasileira. Ao analisarmos a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), especificamente na parte que se referem à aplicação de temas transversais voltados para o terceiro e o quarto ciclos do ensino fundamental, facilmente nos damos conta de que esse tema é parte integrante também da educação brasileira. Com efeito, acreditamos ser necessário que os pais participem, na escola, de discussões desse gênero, para isso é preciso reensiná-los e inseri-los nessas novas questões, que não faziam parte do cenário educativo há alguns anos.

Essas questões chegaram também à mídia e estão presentes nas suas mais variadas manifestações, desde telenovelas até propagandas. Apenas para ilustrar, consideremos um episódio do *sitcom* animado “South Park”, em que os pais decidem que a educação sexual deve ser dada a seus filhos pelos professores na escola, eximindo-se da responsabilidade sobre essa questão tão constrangedora, uma vez que eles não sabem lidar com esse tipo de situação. Essa decisão acarreta problemas graves às crianças, pois os próprios

professores estão no mesmo patamar que os pais, ou seja, também não possuem competência para abordar o tema.

A atitude que a rainha de copas da história da Alice toma é, portanto, a que perdura há gerações, ou seja, corta-se o mal pela raiz. Deixar de lado a formação educativa da tolerância, o que inclui a sexual, traz graves problemas, pois uma sociedade democrática moderna apenas se constitui tendo “[...] como suporte a idéia de tolerância” (MACHADO, 2004, p. 49).

Parece, pois, importante refletir sobre o papel que desempenha a tolerância pautada na diversidade sexual e em seu ensino, como aquela observada no livro infantil *King & King*, de Linda de Haan e Ster Nijland, publicado nos Estados Unidos e alvo de protestos e processos legais contra a escola e os professores que o adotaram em suas aulas. Juntando-se a isso, vem à baila também a questão da integridade, confrontada com a idéia de tolerância e com os valores morais praticados por uma sociedade que se considera exemplo de democracia.

2 O rei e o rei

Em um castelo na montanha mais alta acima de uma cidade, morava a rainha, o jovem príncipe herdeiro e seu gatinho real. Cansada de reinar, a rainha decidiu aposentar-se. Antes disso, telefonou para todos os reinos vizinhos e também para os distantes, convocando as princesas a apresentar-se diante do príncipe, pois ele iria escolher aquela que, ao seu lado, seria coroada, apesar de ele ter dito que não gostava de princesas.

Após várias apresentações e nenhuma escolha, o príncipe se encantou com o irmão da

última princesa que chegou ao castelo. Gostou tanto que se casou com ele. Durante o casamento, a rainha chegou até a derramar uma lágrima ou duas. Os dois eram conhecidos em todo reino como Rei e Rei. “E viveram todos felizes para sempre” (HAAN; NIJLAND, 2000).

À primeira vista, podemos concluir que essa história, apesar dos elementos infantis, é para adultos. Entretanto, trata-se de um livro propositalmente infantil chamado *King & King* (o Rei e o Rei, tradução nossa), publicação americana originalmente escrita e ilustrada por duas autoras holandesas. O livro foi lido por um professor aos seus alunos da segunda série de uma escola do Estado de Massachussets, nos Estados Unidos. Os pais desses alunos revoltaram-se contra a escola, por dois motivos: primeiro, pelo tema que, para eles, influencia e aprova o casamento *gay*, e, segundo, por não terem sido avisados previamente sobre essa ação da escola. Cabe lembrar, neste momento, que, nesse estado, a união entre homossexuais é legal e que, como foi dito, a própria lei prevê a discussão desse assunto em escolas.

Nós, brasileiros, que vivemos em uma sociedade em que, mais do que a moral, prevalece o preconceito, temos bons motivos para acreditar que as questões relacionadas à tolerância, à integridade e à autoridade devem ser discutidas nas escolas como valores que não apenas defendam e legitimem a cidadania, mas que também constituam sua base mais sólida.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998), cabe à escola estimular e desenvolver uma ação reflexiva e educativa quanto às questões da sexualidade e, somando-se a isso, tem-se a idéia de Foucault (2005, p. 27) de que “[...] o sexo não se julga apenas, administra-se [...]”.

Poderemos discutir, no âmbito da realidade brasileira, com igual foro de legitimidade, qual ou quais são os papéis da tolerância, da integridade e da autoridade no momento da leitura do livro *King & King* aos alunos.

3 Autoridade e integridade

Uma das acepções encontradas no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* para o vocábulo “autoridade” é: “[...] direito ou poder de ordenar, de decidir, de atuar [...]”. Considerando-se essa idéia, a função do professor é uma das que mais exigem a prática da responsabilidade, pois cabe a ele proporcionar as condições ideais para o processo de formação da pessoa; por isso, formar é também contextualizar. A idéia de contextualização, por sua vez, impõe o conceito de inferência. O objetivo do professor é, portanto, ajudar os alunos a desenvolver a habilidade de inferir, de concluir algo a partir de uma premissa. Em uma época em que o conhecimento é a matéria-prima para o sucesso do ser humano, as relações que o indivíduo estabelece com o mundo em que vive são determinantes para o desenvolvimento de seu caráter.

Nesse espírito, a responsabilidade é inerente à função do professor. Se perguntarmos pelo que o professor deve ser responsável, poderemos imaginar as mais diferentes respostas. No entanto, há uma única que deve ser considerada: ele deve responsabilizar-se tanto por sua vida acadêmica quanto por sua vida prática, ou seja, deve ser íntegro, condição *sine qua non* de um educador.

O que seria da autoridade sem as características da integridade? Não existiria autonomia moral a ser respeitada por ninguém. Segundo

Machado (1997), são características inerentes a um ser íntegro distinguir o certo do errado, agir conforme esse discernimento e estar predisposto a discutir a razoabilidade de suas ações.

Assim, se a escola e o professor compartilham dessa opinião, não estão errados, nem infringindo uma questão moral, ao ensinar a diversidade a seus alunos. O que parece ser o calcanhar de Aquiles é a questão da diversidade sexual, ou melhor, da sexualidade. Ao considerar-se que tratar, em sala de aula, da união *gay* não é discutir tolerância ou sexo, mas atentar contra a moral e os bons costumes, invertem-se os valores. A inferência que se espera dos alunos em relação ao mundo vai de encontro a dos pais no tocante aos objetivos do professor. Os valores supostamente ascéticos da sociedade parecem sempre falar mais alto.

Na história dos reis, percebe-se claramente que a decisão do rei herdeiro não foi, de maneira alguma, condenada, nem pela rainha, nem por seus súditos; ao contrário, sua posição foi plenamente respeitada. Essa tolerância denota respeito à individualidade: uma das conclusões certamente esperadas pelo professor em relação a seus ouvintes.

O texto, nota-se, é muito rico ao mostrar diversidades: a rainha, por exemplo, alega já se ter casado duas vezes, o pajem do príncipe, por sua vez, termina a história com uma das princesas candidatas à futura coroa. Assuntos dignos de atenção. Não obstante, para os pais norte-americanos (e temos bons motivos para acreditar que para os daqui também), o foco narrativo teve-se somente ao casamento dos príncipes. Casamento implica troca de carinhos, que, por sua vez, denota sexo. A discussão da sexualidade torna-se proibitiva, pois compreende o sexo do ponto

de vista instituído na sociedade, segundo a visão cristã que defende que ele deve ser monogâmico, somente para procriar, o que deixa implícito, nesse caso, a total desqualificação do prazer.

Segundo Foucault (2004), a história ocidental, devido à influência da moral burguesa e cristã, impediu-nos de tomar consciência de nossa sexualidade. Essa influência instituiu um mecanismo de poder – chamado por Foucault de “pastorado” – que valorizava a proibição dessa consciência. O pastor comanda uma multiplicidade de indivíduos, seu rebanho; garante-lhe o bem, sua subsistência individual e coletiva e, por sua fiel devoção, é capaz de se “[...] sacrificar pelo bem de suas ovelhas” (FOUCAULT, 2004, p. 67). Em contrapartida, para o homem que vive sob esse poder, existe a obrigação da salvação. Todo indivíduo é obrigado a obter sua salvação; para isso, deve obedecer ao pastor que, por sua vez, exige sua subserviência.

Com a modernidade, nossa sociedade começou a tomar consciência disso e a se liberar. Entretanto, os códigos de honra presentes no comportamento contemporâneo ditam nossas normas de conduta e, entre elas, a homossexualidade ainda é vista como proibitiva. Toda proibição no comportamento do indivíduo causa a vergonha, que leva a pessoa que transgride essas regras a achar que ninguém gostará dela quando seu desejo emergir, o que fará com que sua reputação seja arruinada.

O que é louvável na história de Haan e Nijland é a ausência da vergonha no casamento dos futuros reis, fato que demonstra que os costumes, lentamente, estão mudando. Os reis tornam-se heróis, pois assumem publicamente sua condição e, por isso, são respeitados. Sua integridade desvenda-se por meio da autoridade.

4 Tolerância

“A tolerância se instaura a partir do reconhecimento do outro, que, além de ocupar um espaço, tem direitos e deveres, como eu, mas é essencialmente diferente de mim” (MACHADO, 1997, p. 80). O cuidado que se deve ter, nesse caso, é que o reconhecimento do outro não se pode confundir com a comparação entre mim e o outro, pois isso resultaria em desigualdade. Essa aceitação implica compreensão, assimetria e respeito. A partir do momento que a sociedade moderna compreende o indivíduo como alguém com interesses, competências, vontades e metas individuais diferentes, descobre-se o respeito e, portanto, o reconhecimento do outro, pois cabe ao indivíduo dar sentido às suas escolhas.

Estando esse conceito de mãos dadas com o que Foucault chama de técnicas de si, a dominação da sociedade cristã sobre a moralidade ou imoralidade sexual cede lugar à discussão da sexualidade e da diversidade. Essas técnicas dizem respeito à forma que permite aos indivíduos

[...] realizar, por eles mesmos, um certo número de operações em seu corpo, em sua alma, em seus pensamentos, em suas condutas, de modo a produzir neles uma transformação, uma modificação, e a atingir um certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza. (FOUCAULT, 2004, p. 95).

Nessas técnicas, a verdade é o “bonde” condutor das relações entre o poder pastoral, os códigos de honra, as normas de conduta e a questão da tolerância na sociedade moderna. Imbuídos desse espírito, descobrir, esclarecer e

dizer a verdade sobre as questões individuais é coroar o estado de tolerância.

5 Considerações finais

No livro infantil abordado por este estudo, a verdade individual é a visão de normalidade, de integração, tornando a relação homossexual um caso social comum, pois se respeitam tanto o direito quanto a capacidade de o indivíduo realizar escolhas, com o objetivo de atingir a felicidade plena e pura, uma vez assegurada a integridade tanto dos protagonistas quanto da sociedade em que se inserem. Partindo desse princípio, só haveria uma conduta imoral, ou vergonhosa, digna de críticas e revoltas dos pais com relação à escola americana: a de não ensinar o respeito às individualidades como o caminho certo e moral para encontrar a felicidade. A mesma reação, em outra mentalidade historicamente constituída, certamente seria visível também em nossa escola brasileira.

Society in contrast with sexual diversity at school: the construction of citizen

It is intended, in this work, to discuss the construction of tolerance, having as bases the ideas of integrity, as a way to secure the personal realization, and the authority, as one of the functions of school to guarantee the way to the citizen. In this aspect, the discussion about the sexual diversity becomes essential, mainly, from the instant when it is noted, in the society, the incidence of changes in manner and values,

which make people to act in a politically correct way and with a citizen position in their personal relationships. In this context, this study uses, as base to analyze those changes, the book called King & King, written by Linda de Haan and Ster Nijland, published in United States with big repercussion because of its subject about the homosexual marriage, and which causes a series of protests from parents against the school that decided to adopt this book in its curricular structure. It is also intended to extend the analysis to the Brazilian reality.

Key words: Citizen. Diversity. Homosexuality. Integrity. Tolerance.

Nota

- 1 Educação sexual: política que diz respeito à notificação aos pais (tradução nossa).

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: temas transversais*. Brasília, DF: MEC, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2006.
- FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade, política*. 1.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 16. ed. São Paulo: Graal, 2005.
- HAAN, L.; NIJLAND, S. *King & King*. 1. ed. Berkeley: Tricycle Press, 2000.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. 1. ed. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 352.

MACHADO, N. J. *Cidadania e educação*. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 1997.

_____. *Educação: projetos e valores*. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2000.

MASSACHUSETTS. The 185th General Court of the commonwealth of Massachusetts. Chapter 71: Section 32A. Sex education; policy regarding notice to parents. In: *The general law of Massachussets*. Massachusetts, 1997. Disponível em: <<http://www.mass.gov/legis/laws/mgl/71-32a.htm>>. Acesso em: 9 nov. 2006.

MAXIMILIANO, A. O patinho agora é gay. *Veja*, São Paulo, 1958, ed. n° 1958, 31 maio 2006.

recebido em 13 ago. 2006 / aprovado em 23 out. 2006

Para referenciar este texto:

MATEOS, J. H. de N. Sociedade *versus* diversidade sexual na escola: a construção da cidadania. *Dialogia*, São Paulo, v. 5, p. 153-159, 2006.
